



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**

**ESTADO DO PARANÁ**  
**Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato**

## **LEI Nº 4.625, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre medidas compensatórias para a preservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção no Município de Araucária, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte Lei, em conformidade com o Art. 29, inciso IV e ao Art. 45, §3º da Lei Orgânica do Município de Araucária.

**Art. 1º** Esta Lei estabelece medidas compensatórias obrigatórias para projetos e empreendimentos que possam causar impacto ambiental, visando à preservação e à recuperação de espécies ameaçadas de extinção no território do Município de Araucária.

**Art. 2º** Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - medidas compensatórias: ações obrigatórias a serem adotadas por empreendedores para mitigar impactos ambientais de atividades potencialmente degradadoras;

II - espécies ameaçadas: aquelas classificadas em risco de extinção pelos órgãos ambientais competentes em nível Municipal, Estadual e Federal;

III - plano de ação: documento técnico que estabelece medidas concretas para a preservação e recuperação de espécies ameaçadas afetadas pela atividade do empreendimento.

**Art. 3º** Empreendimentos com potencial impacto ambiental deverão apresentar, como condição para obtenção da licença ambiental, um Plano de Ação contendo:

I - diagnóstico ambiental detalhado da área de intervenção;

II - lista das espécies ameaçadas presentes na área;

III - ações de mitigação dos impactos ambientais identificados;



**IV** - medidas compensatórias, incluindo, quando aplicável, a criação ou manutenção de unidades de conservação e programas de reintrodução de espécies.

**Art. 4º** As medidas compensatórias poderão incluir, dentre outras:

**I** - recuperação e restauração de habitats degradados;

**II** - reintrodução e monitoramento de populações de espécies ameaçadas;

**III** - apoio a projetos de pesquisa científica e conservação ambiental;

**IV** - promoção de campanhas educativas sobre a importância da biodiversidade;

**V** - estabelecimento de corredores ecológicos para garantir a conectividade entre fragmentos florestais e fortalecer os ecossistemas locais.

**Art. 5º** O Município, por meio dos órgãos ambientais competentes, será responsável por fiscalizar a elaboração e execução das medidas compensatórias, aplicando sanções administrativas e legais em caso de descumprimento.

**Art. 6º** As despesas decorrentes do cumprimento desta Lei correrão à conta dos empreendedores responsáveis pelos empreendimentos, sem qualquer ônus ao erário municipal.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

**EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS**  
Presidente

